

CAPÍTULO 10

AUGUSTO P. CELESTINO DA COSTA (1884-1956): VISÕES DE POLÍTICA NA ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

Tiago Brandão

INTRODUÇÃO

A ideia de “visões de política” remete para uma dimensão pouco explorada pelo género biográfico, sobretudo quando aplicado à história da ciência ou à expansão das suas fronteiras “internatlistas.” Largamente explorado no âmbito da história intelectual e das ideias, é uma das áreas da história com preceitos disciplinares bem definidos e consagrados na obra de autores reconhecidos (Skinner 2002). A noção de visões políticas, associadas à Ciência e à Tecnologia, é uma característica da empresa tecnocientífica, senão desde os seus primórdios, mas indiscutivelmente visível ao longo do século XX (Cholakov 2000). A ideia de visões políticas, enquanto um olhar que permite valorizar uma dimensão da atividade humana, é algo que nos parece rico, preenche de potencialidades para olharmos algumas individualidades da nossa história da ciência. É isso que se fez aqui, relativamente ao cientista Augusto P. Celestino da Costa, valorizando uma dimensão da sua obra que normalmente não surge suficientemente analisada.

No período entre as últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX pode identificar-se uma elite intelectual consciente do atraso do País e das suas instituições, nomeadamente no plano cultural e científico. É uma elite intelectual (politicamente envolvida nos

acontecimentos – Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Rafael Bordalo Pinheiro) –, e que se expressa, por exemplo, nas célebres conferências do Casino Lisbonense (1871). É também a elite dos “vencidos da vida,” dos finais do século XIX (1890s) – e.g. Alexandre Herculano, António Nobre, etc.. A vanguarda desse descontentamento, agravado pela humilhação do Ultimato inglês (1890), é composta pelos intelectuais da “geração 1870” que, através dos seus escritos, se tornam porta-vozes da insatisfação e revolta latentes na sociedade portuguesa finissecular.

Celestino da Costa, por seu lado, pertencia já à chamada “geração de 1911” (Costa 2000; Alves 2009), de que fizeram parte importantes figuras da comunidade médica da época, alguns com influência junto do poder político, tais como António José d’Almeida ou Brito Camacho, incluindo alguns nomes, como o próprio Celestino da Costa, filiados à chamada “geração médica,” de Francisco Gentil, Marck Athias, Miguel Bombarda, etc., individualidades envolvidas na reforma universitária de 1911.

Formado em Medicina pela Escola Médica de Lisboa, em 1905, Augusto Pires Celestino da Costa (n. 16.04.1884 – † 26.03.1956) dedicou uma vida não só à investigação científica, mas também a “pensar a política e a organização da ciência” em Portugal. Completou a formação em Berlim, entre 1906 e 1908, onde conheceu a Alemanha científica de Rudolf Krause (...-...) e Oskar Hertwig (1849-1922)¹ e assimilou, igualmente, preceitos do modelo humboldtiano de organização da ciência universitária. De regresso a Portugal e assumindo, após a reforma republicana de 1911, a cadeira de Histologia e Embriologia na recém-criada Faculdade de Medicina de Lisboa, cedo se envolveu numa autêntica “cruzada” (Costa 1985b e 2000) pela organização da Ciência em Portugal, nomeadamente defendendo a criação de uma entidade que promovesse e apoiasse a investigação científica em Portugal.

¹ Embriologista e citologista alemão, considerado o primeiro a reconhecer que a fusão dos núcleos do espermatozoide e óvulo era um evento essencial na fertilização. Depois de estudar medicina e zoologia em Jena, Zurique e Bona, obteve uma posição de leitor em Anatomia na Universidade de Jena (1875), onde viria a ser eleito para um cargo de professor uns anos depois (1881). Mais tarde, de 1888 a 1921, assumiu a posição de professor de Anatomia e História Evolutiva na Universidade de Berlim, bem como a responsabilidade de diretor do Instituto Anatomisch-Biologische, laboratório em que Celestino da Costa estagiou sob supervisão direta de Rudolf Krause.

Celestino da Costa, além de cientista e fundador de uma escola portuguesa de investigação (em histofisiologia), foi um “gestor” reformador, pelo entendimento de que era preciso reformar e implementar políticas de organização da Ciência, de organização da atividade de investigação científica, primeiro no âmbito do ensino superior e depois fora mesmo da própria Universidade. De facto, enquanto *gestor* e *administrador* da Ciência portuguesa, durante os anos de 1920 a 1940, Celestino da Costa serviu em diversas instituições científicas.

Como se sabe, cedo defendera Celestino da Costa, num ciclo de conferências, em Abril de 1918, a ideia de criação de um organismo semelhante à *Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas* – JAE, organismo espanhol de apoio à investigação científica, criado em 1907. Esteve, portanto, Celestino da Costa no seio de uma história de antecedentes que conduziram à criação da Junta de Educação Nacional – JEN, em 16 de Janeiro de 1929 (Rollo *et al.* 2011).

Por outro lado, no contexto da sua ação no seio de organismos como a referida JEN (depois transformada no Instituto para a Alta Cultura), Celestino da Costa deixou-nos importantes documentos que são preciosas peças de política científica (e.g. Costa 1930 ou 1934b), onde se abordam questões como a atribuição de bolsas de investigação para aperfeiçoamento de vocações científicas nacionais no estrangeiro, a criação de uma carreira de investigador (independente, do ponto de vista administrativo e científico, da carreira académica), a modernização dos laboratórios, institutos e centros de investigação, o apetrechamento das bibliotecas, a criação de revistas científicas, ou ainda importantes aspetos relativos à articulação do ensino superior com a investigação científica.

Observando os atores influentes no processo histórico da política científica, não era ainda de facto Celestino da Costa o burocrata da ciência. Nunca o seria, era um homem de conceção, e sobretudo virado para a adoção e implementação de ideias no terreno. Esteve direta e ativamente envolvido na promoção de uma política científica em Portugal, pelo menos a partir de uma visita sua a Madrid, em 1916 (Costa 1951, 198; Costa [1918]), promovendo ativamente a primeira agência portuguesa de política científica e, já depois da criação da mencionada JEN, foi igualmente interveniente na administração pública da Ciência portuguesa a partir da sua participação tanto na JEN como no IAC.

Se, de facto, em primeiro plano, pode dizer-se que Celestino da Costa contribuiu para a expansão da investigação biológica e das

ciências naturais, em segundo plano, podemos (e devemos) falar, em relação à sua obra, numa “cruzada pela investigação científica,” que teve efeito por meio de “múltiplas ações”: a) investigação original – portanto, por via do “exemplo vivo”; b) os escritos e discursos de promoção e defesa de uma reforma simultaneamente educativa e científica, intervenções e textos com uma lógica e coerência que vão além de meras “notas” ou do simples depoimento de uma experiência na administração pública da ciência em Portugal; e, por fim, c) a sua ação direta no seio das diversas instituições em que participou (Costa 1985b, 393).

A obra de Celestino da Costa é assim constituída por um conjunto de literatura, que inclui importantes documentos que são ainda hoje preciosas peças de política científica, produzidos no contexto de intervenção cívica e pedagógica na sociedade portuguesa de então, como a partir do desempenho de alguns cargos oficiais, ao longo da sua carreira, simultaneamente académica, científica e pública.

Além de cargos universitários na FML, Celestino esteve na direção do Instituto de Histologia e Embriologia (IHE), onde fez “escola científica” (Amaral 2006, 134 e ss.; Amaral *et al.* 2001). O seu papel enquanto ator da política científica portuguesa irá inclusive aprofundar-se a partir de 1929, quando assumiu a vice-presidência da secção de Ciências da Junta de Educação Nacional (JEN) e, em 1934, quando foi nomeado presidente da Comissão Executiva da JEN, escolhendo Luiz R. Simões Raposo² como seu secretário. Foi ainda o primeiro presidente do Instituto para a Alta Cultura, de 1936 a 1942, onde assumiu igual papel nesses primórdios das políticas de Ciência do Portugal Contemporâneo. Assim, além de ter sido um cientista, e um cientista que fez escola, desempenhou um papel relevante enquanto *gestor* e *administrador* da Ciência portuguesa, durante os anos de 1920 a 1940.

Deixou-nos então um corpo de pensamento da maior atualidade, que aborda questões como a atribuição de bolsas de investigação (para aperfeiçoamento de vocações científicas nacionais no estrangeiro), a criação de uma carreira de investigador (independente, do ponto de vista

² Formado em Medicina, em 1923, pela Faculdade de Medicina de Lisboa, especializou-se em Patologia Geral. Ainda enquanto aluno universitário, trabalhou no Laboratório de Histologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, dirigido por Celestino da Costa. Dedicou-se desde logo ao ensino e à investigação científica. Foi ainda investigador do Instituto Rocha Cabral e do Instituto Português para o Estudo do Cancro. Assumiu funções como primeiro secretário da Junta de Educação Nacional em 1929, mas a sua morte prematura, em 1934, colocou fim ao papel ativo que então desempenhava na direção da JEN.

administrativo e científico, da carreira académica), a modernização dos laboratórios, institutos e centros de investigação (do ponto de vista da infraestrutura e respetivos meios à disposição dos investigadores) ou ainda, de entre estes e outros temas da maior atualidade, as reflexões sobre articulação do ensino superior com a investigação científica – perseguindo, aqui, o mito de uma universidade de ciência à imagem do modelo alemão. Em suma, no âmbito da história das políticas científicas em Portugal, o papel de Celestino da Costa foi sem dúvida pioneiro, muito à semelhança de um Santiago Ramón y Cajal em Espanha (Brandão 2018b).

1. O IDEÁRIO DA “GERAÇÃO DE 1911”

Há que ter presente como os médicos assumiram um papel na “direcção mental e social” do Portugal da transição do Oitocentos para o Novecentos (Garnel 2002, 213 e ss.). E Celestino da Costa pertenceu a essa chamada “geração médica,” conhecida ainda pela designação simbólica de “geração de 1911,” um grupo que preparara e orientara a reforma do ensino superior de 1911, já no contexto da implantação da Primeira República Portuguesa (5 de Outubro de 1910) (Costa 2000, 18 e ss.).

Destacou-se, com efeito, a *ação renovadora* duma “geração médica,” conforme referiu um dos seus filhos, Jaime Celestino da Costa (Costa 2000). Uma geração de personalidades que defenderam que a prática clínica deveria apoiar-se numa base científica, isto é, deveria apoiar-se no laboratório. Uma geração que atribuía à ciência um lugar fundamental na vida dos estabelecimentos do ensino superior. São homens como Ricardo Jorge (1858-1939), Câmara Pestana (1863-1899) e Marck Athias (1875-1946), não esquecendo Simões Raposo (1898-1934) e outros, que defendiam o cultivo de ciência original pelos docentes universitários.

Central no ideário da “geração de 1911” era:

a ideia de ser obrigação do nosso país colaborar no trabalho científico, de que não basta aperfeiçoar o ensino prático ou melhorar as condições materiais do exercício profissional, ou aprender pelos livros o que se faz nos outros países...

Para Celestino da Costa e para a geração médica de 1911

era indispensável trabalhar também, estudar por nós próprios, procurar problemas e esforçar-se por resolvê-los (...) e não desanimar, quer surjam ou não as grandes descobertas que são sempre raras e só frutificam

quando se persiste, quando se forma ambiente, quando se afastam as causas inibidoras ou dispersivas do trabalho científico, certos, como devemos estar, de que todo o trabalho sério é útil, e mais tarde ou mais cedo, será aproveitado.” (Costa 1944, 24-25).

De entre o pequeno núcleo de médicos e alunos da chamada Escola Médica de Lisboa, podem mesmo distinguir-se dois núcleos importantes, dois núcleos que se distinguiram pela prática de uma investigação sistemática e pela preocupação em criar discípulos e continuadores. Era o núcleo da bacteriologia, reunido em torno de Câmara Pestana, e era o núcleo da histologia e da fisiologia, constituído ao redor de Marck Athias. O núcleo da histologia assumirá mesmo um importante papel na história da Junta de Educação Nacional e do Instituto para a Alta Cultura, nomeadamente por via de Simões Raposo e Celestino da Costa. Esse núcleo, iniciado por Marck Athias, cria, de facto, uma importante escola, de que fazem parte nomes como Celestino da Costa, Joaquim Fontes, Ferreira de Mira, Henrique Parreira, Simões Raposo e outros.

Como vimos, o impulso inicial que significou a reforma da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e a criação do Instituto Bacteriológico, e o respetivo papel de personalidades centrais como Pestana e Athias, tornou possível não só as reformas universitárias de 1911, como as iniciativas de organização da ciência em Portugal. Como nos diz Celestino da Costa:

Da influência exercida por Pestana veio o estado de espírito que nos tornou sensíveis à obra da Junta para Ampliación de Estudios no país vizinho e levou à criação da Junta de Educação Nacional, a empresa magnífica de Luiz Simões Raposo. A esse impulso se deveu o ambiente donde saíram as reformas do ensino superior, da iniciativa da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (principalmente por acção de Francisco Gentil) e reclamadas também, por outras formas, na Universidade de Coimbra (discursos de Sobral Cid e Sidónio Pais) e finalmente promulgadas em 1911, com o advento do regime republicano. (Costa 1944, 25)

Com efeito, implantada a República, os estudos médicos foram logo contemplados com diploma reformador, o primeiro dos decretos de 1911 relativo ao ensino superior.³ Neste decreto está patente aquilo que várias figuras defendiam para o ensino superior. De facto, a educação estava no

³ *Diário do Governo*, I.^a Série, n.º 45, 24 de Fevereiro de 1911.

centro da resolução dos problemas da Nação e, neste âmbito, o ensino superior era fulcral. Conforme realça o diploma de Fevereiro de 1911, “todo o problemismo de uma nacionalidade em reabilitação, o ensino é, de certo, a questão primacial, ponto de base e partida para os demais serviços.”⁴

De facto, também para Celestino da Costa, a reforma da educação deveria começar pelo ensino superior, pois, era a partir daí que se formariam os dirigentes e os técnicos necessários à sociedade civil e, muito importante, os professores necessários aos outros graus do ensino. Para Celestino da Costa não havia dúvidas:

A Nação deve compreender a importância primacial que esse ensino pode ter no seu desenvolvimento. Sem ensino superior será impossível formar os mestres do ensino liceal, sem ensino superior não terá bases sólidas o ensino técnico. O problema do ensino superior deve ser uma questão nacional visto que interessa à solução da maior parte dos problemas nacionais (...). (Costa [1918], 9)

Foi, de facto, o contexto revolucionário do 5 de Outubro de 1910 que veio afirmar, claramente, aquilo que era o entendimento amplo de uma “remodelação no ensino superior”:

A Revolução Portuguesa de 5 de Outubro tem o dever de reformar os diversos ramos de ensino para chamar a Nação ao exercício da Democracia, pela difusão da cultura primária; para educar pessoal dirigente, pela remodelação do ensino superior; e ainda para satisfazer de uma forma cabal as necessidades sociais futuras e de ocasião, pelo aperfeiçoamento das escolas que preparam para o exercício dos serviços públicos e profissões liberais.⁵

E constava inclusive um diagnóstico, de que o próprio espírito do ensino superior deveria mudar. Em concreto, o problema do ensino superior era a forma como se fazia, sem apelo à prática científica:

(...) a verdade é que tem sido impossível pôr de parte o velho vício da teorização exagerada e descaramento da prática profissional. A razão de tais defeitos é por demais esclarecida. Nem vale a pena insistir. Prende à conhecida pobreza dos laboratórios e deficiências de toda a ordem. Ora, foi na ideia de transformar em geral o ensino e muito especialmente no que entende com o serviço laboratorial e clínico que intentamos a presente

⁴ *Ibid.*.

⁵ *Ibid.*.

reforma balizada pelo critério da especialização e prática escolar. *De facto, por ensino prático não se entende restritamente a demonstração na aula por meio de experiências, gráficos ou diagramas da matéria versada (...). (...) Trata-se de facultar ao aluno os meios próprios de investigação, de o adestrar no seu manejo, de o familiarizar com o seu emprego até que se habilite a servir-se de todos os meios alcançáveis na descoberta da verdade.*⁶

Era esta a intenção da reforma do ensino médico de 1911, mote semelhante a toda a reforma do ensino superior que se desencadearia nos meses seguintes, vindo, então, o decreto (posterior) de 19 de Abril de 1911 definir os triplices fins que as Universidades deviam perseguir:

- a) Fazer progredir a ciência, pelo trabalho dos seus mestres, e iniciar um escol de estudantes – nos métodos de descoberta e invenção científica;
- b) Ministrando o ensino geral das ciências e das suas aplicações, dando a preparação indispensável às carreiras que exigem uma habilitação científica e técnica;
- c) Promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da Nação pelos métodos de extensão universitária.⁷

2. UM PENSAMENTO DE POLÍTICA CIENTÍFICA

No âmbito de uma história das políticas de Ciência em Portugal, o papel de Celestino da Costa foi sem dúvida alguma pioneiro, embora não se lhe tenha ainda dado o devido reconhecimento, seja por insuficiência das elites culturais portuguesas, seja por *imperialismo* cultural e subserviência perante modas estrangeiras, incluindo a corrente hegemonia de narrativas predominantemente anglo-saxónicas, no que respeita às visões sobre política científica, o seu desiderato “inovacionista” ou a obsessão tecnoburocrata pelo “sistema.”

Na obra de Celestino da Costa, além da de cientista e de fundador de uma escola portuguesa de investigação (na área da histofisiologia, em particular – cf. Amaral 2006), encontramos uma dimensão

⁶ *Ibid.*

⁷ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 93, 22 de Abril de 1911.

frequentemente esquecida, no plano da promoção da ciência e da própria construção da política científica em Portugal. Foi uma intervenção tão ou mais original e decisiva que a sua obra científica, em favor da organização da Ciência; isto é, do pensamento sobre o apoio do Estado à investigação, transformando a sociedade por via do estímulo às vocações científicas e apostando no próprio papel formador e reprodutor da prática científica (e.g. Brandão 2015).

Este sentido de intervenção pública e cívica encontrava-se presente nesta “geração médica”: Marck Athias, por exemplo, mestre de Celestino da Costa, estivera envolvido na Liga de Educação Nacional, uma iniciativa de Reis Santos e José de Magalhães. A Liga foi uma agremiação de várias individualidades do escol ativo da sociedade portuguesa, cujo fim seria *integrar Portugal na civilização moderna* (Costa 1948, 157)⁸. O tom da época, quase ingénuo, mas pleno de internacionalismo científico, contagiara de facto a elite médica e científica portuguesa, inspirando o próprio Celestino da Costa. Mas é sobre a Universidade, o seu papel, e em torno da sua organização científica que Celestino da Costa desenvolve pensamento relativamente original, sobretudo avançando, mais do que proclamar um mero ideal de autonomia.

Embora reconhecendo o desnorte político que acompanhou as primeiras décadas após a implementação da República, Celestino prosseguiu com tenacidade o seu objetivo de reformar a corporação universitária em sintonia com o seu “apostolado” (Costa 1985b, 392, 402), pelo progresso da Ciência, em Portugal, e pela renovação das demais estruturas de apoio à investigação, de forma a acompanhar os centros científicos europeus. Conforme insistiu diversas vezes Celestino da Costa, independentemente das idiosincrasias, das resistências corporativas e dos interesses envolvidos na moderna investigação, um dos problemas da organização da Ciência é a sua escassa assunção por parte do Estado, enquanto opção estratégica da Nação.

2.1. *A problemática da universidade portuguesa*

⁸ A sua atuação limitou-se a promover conferências e sessões de estudo. Segundo Celestino da Costa, no seio da Liga de Educação Nacional relançou-se mesmo a ideia de uma Universidade em Lisboa, preparando-se, portanto, a reforma universitária republicana.

No que respeita à reorganização institucional das universidades, inspirado por Sobral Cid, Celestino da Costa tornou-se desde muito jovem paladino das universidades alemãs (Costa [1918]; Costa 1921), que teve ocasião de apreciar aquando da sua primeira estadia em Berlim (1906-1908). Colheu nas suas viagens ao estrangeiro, aos laboratórios e instituições que visitava, exemplos de práticas que permitissem modernizar a nossa Universidade. Na senda dos mestres que o precederam na renovação da Escola Médico-cirúrgica, defendeu em escritos e conferências reformas que considerava apropriadas para modernizar a Universidade e a sua Escola. Exemplo disso foi a conferência que realizou em 19 e 22 de Abril de 1918, a convite da Federação Académica de Lisboa (Costa [1918]).

Como toda uma geração, Celestino da Costa era defensor da autonomia universitária. Isto ia ao ponto de não ser particularmente adepto dos concursos públicos, nomeadamente para recrutamento de professores com currículo científico. Para Celestino da Costa, os concursos públicos eram um expediente de tornar a escolha dos colaboradores com base em critérios científicos. Na perspetiva do ilustre embriologista, uma Faculdade tem de “saber escolher um professor e de assumir a respectiva responsabilidade (...)” (Costa 1944, 10). Com efeito, arvorando-se enquanto “apóstolo dos altos ideais universitários e científicos,” para Celestino da Costa havia ainda muito que fazer para se instituir o “hábito e a necessidade da investigação como forma indispensável da actividade dos professores e candidatos ao professorado, compreendendo-se que o ensino e a investigação são indissociáveis e exigem condições (...)”.

Com efeito, a reforma de 1911, que criou duas novas universidades em Lisboa e no Porto não resolvera o problema, pois o problema não se resolvia por decreto (Costa 1918, 9). O problema era, por um lado, que “a investigação científica não contava entre as missões” (Costa 1939, 1) dos estabelecimentos universitários e demais escolas superiores, no que não era suficiente a recente retórica em letra de lei; por outro lado, era também a questão de ser necessário organizar uma dinâmica de prática científica no seio da própria universidade, em coabitação com a prática docente, cuja mentalidade se apartava desse “espírito criativo.”

Cedo, de facto, a avaliação quanto aos caminhos da reforma universitária em Portugal começou a encontrar estrangulamentos. Desde logo, entendeu-se que lhe faltava “alma,” esse “espírito científico” que orientava os ideais da geração de 1911. Anexara-se pedagogicamente os institutos e laboratórios de investigação – criando-se inclusive outros, tais como o Instituto de Anatomia, o Instituto de Histologia e

Embriologia, o Instituto de Fisiologia, o Instituto de Farmacologia e o Instituto de Anatomia Patológica (Morato 1937, 5; Salgueiro 2015) – mas a articulação entre os departamentos, entre o conselho pedagógico e os institutos, entre a prática docente e a prática científica permaneceu disfuncional, entre a passividade e o conflito latente. É isto que expressa Azevedo Neves (1877-1955),⁹ nas seguintes expressivas e lúcidas palavras:

A nossa Universidade começou logo por ter uma pequena alma e nenhum corpo, porque o decreto que a fundou, se lhe deu existência, não lhe trouxe o modo de ser. Deus criou o homem de barro, e depois insuflou-lhe a alma; o órgão e a função. À Universidade de Lisboa falta por completo a anatomia, de que resulta uma vida sem esteio, sem finalidade. Como é, porventura, possível criar-se uma Universidade sem haver um coração impulsionando sangue a cada um dos seus órgãos, sem existir um centro nervoso capaz de orientar e de introduzir a comunidade de intuítos? Por mais que olhe apenas vejo na nossa Universidade um certo número de organismos não agregados para um fim comum. Qual é o traço de união, não falo de burocracia, bem entendido, que existe entre as diversas Faculdades, que nem se conhecem, nem se auxiliam, e que se ignoram? Cada uma procura realizar os seus fins, o melhor que pode, mas não há uma concordância de esforços estabelecendo o ideal comum de viver para o bem da Pátria. Não temos tradição que nos aproxime; é preciso criá-la (...). Seguimos por desencontrados caminhos; falta um sentido unitário conjugando aspirações, traçando a melhor estrada da celebridade e do valor científico, únicos factores da moderna tradição. É necessário que a Universidade possua um ideal criador quanto à ciência, e um ideal de difusão, de infiltração quanto ao ensino e à cultura social. Em resumo, a

⁹ Forma-se no curso da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (1901), com professores como Custódio Cabeça ou Curry Cabral. Realizou diversos estágios no estrangeiro, nomeadamente em Berlim (1900, 1902-1904) e na Dinamarca (1903). Especializado em Medicina Legal e Anatomia Patológica, contribuiu para a institucionalização dos laboratórios de análises clínicas nos hospitais civis, de que foi diretor (1902-1918). Contribuiu também para o desenvolvimento da investigação oncológica em Portugal, tendo sido diretor da Associação Internacional para o Estudo do Cancro (1948). Em 1911, encontra-se entre os professores que dão corpo à nova Faculdade de Medicina de Lisboa, instituição de que virá a ser diretor (1925). Durante o consulado sidonista, como Secretário de Estado do Comércio (1918-1919), promove a reforma do ensino industrial e comercial e utiliza a sua influência política para fomentar a reorganização dos serviços médico-legais. Foi mesmo diretor do Instituto de Medicina Legal (1918-1947). Mais tarde, durante o Estado Novo, ocupará o cargo de reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1930) e de vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Foi presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (1919-1921) e presidente da Academia das Ciências (1948), entre outros cargos em pontuais comissões oficiais, sobretudo nos anos 1930.

nossa Universidade somente conseguirá desempenhar o papel que lhe pertence quando claramente assinalar um ideal científico e um fim social. (Neves 1920, 11)

Persistia, portanto, se é que não se expressava agora (i.e., após o ímpeto revolucionário) com maior intensidade, as dificuldades de convívio entre diferentes sensibilidades, uns mais inclinados para cumprirem as suas funções de docente, simplesmente apelando ao “saber experiente,” à oratória de cátedra, valorizando sobretudo os aspetos teóricos e a capacidade mnemónica, de leituras sobre leituras; enquanto outros, pretendiam imprimir um “espírito científico,” sustentado numa pedagogia de exemplos demonstrados, em contacto direto com a prática científica, formadora por si própria, não só do “homem de ciência” mas do próprio indivíduo por via de “cultura científica,” entendida não num sentido meramente reprodutivo mas em termos da sua intrínseca capacidade de transformação social, dos valores e dos comportamentos.

Acresce que ao convívio de tensões latentes, já anunciadas, entre os corpos atuantes no seio da vida universitária, Azevedo Neves lamentava ainda a dificuldade dos seus colegas científicos tocarem o social com a sua prática de investigação:

Grande e incontestável é o valor de cada uma das Faculdades, mas esse valor, proveitoso para a educação técnica dos seus alunos e para as pesquisas científicas dos que se acolhem aos seus gabinetes, não se traduz por um equivalente bem na difusão da cultura científica no nosso meio social. (Neves 1920, 11)

À falta de “espírito científico” na corporação universitária, uma sensibilidade que apenas em alguns se encontrava, Azevedo Neves acrescentava a ausência de “espírito social” do meio universitário. O desafio deixado era claro: que a Universidade assumisse essa missão como basilar da sua atuação social. Havia que acolher os melhores sábios e divulgar a sua obra, entre eles e perante a sociedade: por isso apelava a que na Universidade, “na sua casa!,” se realizassem conferências, “para que os professores se conheçam,” e convidando do estrangeiro outros professores, ilustrando-se e demonstrando-se as descobertas das ciências.

Julgo que pertencerá ao seu programa [da Universidade] a realização de congressos, de exposições científicas, e de procurar entendimento com as outras Universidades para o bem geral. (Neves 1920, 13)

Não chegava dispor de instalações e condições mínimas, havia que fomentar e promover. Era isso que às reformas universitárias de 1911 faltara, para se dar sequência à obra de organização científica e

reorganização do ensino superior. Assim, tardando então a alcançarem-se os resultados que a “geração de 1911” pretendia (fosse por falta de “espírito científico,” fosse por as condições políticas terem sido de facto dispersantes), rapidamente se começaram a pensar noutras alternativas para formar novas gerações mais sensíveis à causa científica e compreendessem bem o potencial transformador da “cultura científica.”

2.2. *A Universidade no pensamento de Celestino da Costa*

Podemos afirmar que existiu em Portugal uma tradição de reflexão sobre os “fins da Universidade”: desde Bernardino Machado a Celestino da Costa, passando por Sobral Cid, para chegarmos até figuras interventivas na política portuguesa dos anos 50 e 60, como Leite Pinto e o próprio Galvão Teles, duas figuras centrais das políticas educativas do Estado Novo. Há todo um conjunto de reflexões de personalidades nacionais sobre a questão da Universidade, dos seus fins e do seu papel, e passando naturalmente pela sua reforma.

Mas foram as palavras de um Sobral Cid (em 1907), em sintonia com o ideal “humboldtiano,” que apontaram o caminho a uma geração de entusiastas pelo papel da ciência, que plasmaram as coordenadas de regeneração da universidade, que deveria ser “assente na dupla base – autonomia corporativa e livre investigação científica – por forma a desempenhar a sua tríplice função: preparar o profissional para a carreira, o cidadão para o Estado e o homem para a Ciência” (Cid 1908, 328).

Em Celestino da Costa, por seu lado, ao falar sobre o problema da reforma da universidade portuguesa, há um sensível reposicionamento do papel da ciência, ao colocar-se claramente a criação de ciência no centro da equação. Desde logo, tal como Sobral Cid, a reforma da Universidade segundo o modelo alemão seria o eixo da reforma educativa.

É necessário animá-las de espírito científico e dar-lhes os recursos necessários. (...) Temos de encarar o ensino superior por uma forma inteiramente diferente da que tem sido a norma. O professor deve ter em vista o trabalho científico e orientar nesse sentido o seu ensino. (...) Assim encarado, o ensino superior é a base do progresso dos povos. Sem ele não pode haver o ensino técnico em boas condições, nem um perfeito ensino secundário. (Costa [1918], 36)

No essencial a reforma da universidade passava por “animá-las de espírito científico” – além da importante questão dos recursos materiais.

Outro aspeto era o lugar central que a reforma universitária teria em todo o sistema educativo, pois era a partir da formação de professores na “prática da investigação científica” que se criariam “os mestres do ensino” secundário e primário e, igualmente importante, do ensino técnico. Assim dizia:

As reformas têm de começar de cima porque são as Escolas Superiores as que formam os mestres do ensino secundário influenciando portanto na formação dos do ensino primário e porque é no ensino superior que se devem fazer muitos dos futuros mestres das Escolas Técnicas, mesmo das Superiores. Pretender reformar o ensino primário e o secundário sem ter um bom ensino superior é um erro social e político de consequências funestas para a causa do ensino (...). (Costa [1918], 88)

Segundo Celestino da Costa, a ausência deste “espírito” e, sobretudo, a ausência de uma dinâmica de investigação científica no seio da Universidade tinha determinadas consequências:

A única maneira de aprender uma ciência é a prática da investigação científica. O processo de estudar sobre livros, até os virar, à maneira coimbrã, de ler revistas sobre revistas dá uma cultura mnemónica e teórica, descuidando a habilidade técnica e as qualidades de observação. Quem estuda só assim fica ignorante no domínio dos factos, só conhecidos por descrição alheia, sem os elementos indispensáveis de critério para julgar das descobertas que os outros fizeram (...). (Costa [1918], 43)

A ideia original em Celestino da Costa era a de que a prática científica era por si só formativa, influenciando na formação de técnicos e na formação de professores para os diversos graus e ramos do ensino. Para Celestino da Costa, a ciência era uma prática de pesquisa e não apenas o conhecimento acumulado, objeto da transmissão dogmática dos resultados dessa pesquisa (cf. Brandão 2015).

O chamado *ethos* (o conjunto dos valores, da ética e dos hábitos), inerente à prática da investigação, encontra-se presente em toda uma geração de médicos e cientistas portugueses que leu e absorveu Santiago Ramón y Cajal. Mas este aspeto encontramos-lo claramente presente em Celestino da Costa, onde a Universidade devia garantir não só a formação de docentes para os outros graus do ensino, mas sobretudo que esses docentes se deviam formar na condução de pesquisa científica.

Na esteira de Ramón y Cajal (1897),¹⁰ Celestino da Costa reconhecia uma ética inerente à prática da investigação científica, e se não era explícita essa interpretação que viria a colocar em relação cultura científica e formação individual – como em Jaspers (1945) ou em leituras mais ideológicas como Leite Pinto (1961) e Galvão Teles (1951), eminências do regime autoritário português dos anos 50 e 60 –, à Ciência, A. P. Celestino da Costa atribuía então múltiplas capacidades, beneficiando direta e explicitamente a Nação de várias maneiras. Os desígnios da investigação em Celestino da Costa eram então os seguintes:

1.º o prestígio do País que deve ter o seu lugar entre os povos civilizados e mostrar-se capaz de estudar e explorar os recursos do seu vasto império colonial;

2.º a necessidade de preparar os técnicos que dirijam as suas indústrias e explorações e exerçam as várias profissões que requerem sólida e especializada preparação científica;

3.º a necessidade, também, de preparar os futuros professores do ensino superior (e de outros ramos) os quais além de saber ensinar os elementos de ciência devem ser seus estudiosos e capazes de a fazer progredir. (Costa 1939, 8 e ss.)

No pensamento de Celestino da Costa, o próprio problema central (e geral) da investigação científica, em Portugal, residia na Universidade. A reforma republicana de 1911 criara duas novas universidades, em Lisboa e no Porto, quebrando o monopólio coimbrão, mas segundo ele não resolvendo a questão, pois entendia-se inclusive que problema de semelhante natureza não se resolvia por decreto (Costa [1918], 9). O tal problema era, por um lado, que “a investigação científica não contava entre as missões” (Costa 1939, 1) dos estabelecimentos universitários e demais escolas superiores, não sendo suficiente a retórica plasmada em letra de lei; mas igualmente, por outro lado, era também a questão de ser necessário organizar uma dinâmica de prática científica no seio da própria universidade, cuja mentalidade se apartava desse “espírito criativo.”

De facto, apesar da reforma republicana, que em termos do discurso já filiava a missão da Universidade à prática científica, seguindo o mito humboldtiano, a realidade da vida universitária portuguesa, segundo Celestino, não se havia alterado substancialmente... Logo, em 1918,

¹⁰ Lido por toda uma geração, é em Santiago Ramón y Cajal que originalmente encontramos muitos aspetos do pensamento de Augusto Celestino da Costa.

Celestino da Costa dissera que “[a] verdadeira reforma [teria] de ser orientada sobre bases inteiramente novas, não sobre simples melhoramentos de leis que no fundo conservem as cousas como estão” (Costa [1918], 8). Assim, a solução que se propunha era a criação de um organismo paralelo ao meio universitário, que visasse, em particular, a formação de investigadores, que viriam posteriormente a constituir a base de recrutamento do corpo docente universitário (Costa [1918], 1930 e 1939). Como lembrou Celestino da Costa em *Relatório* da JEN, o “desenvolvimento da investigação científica,” por via do envio de bolseiros ao estrangeiro, tinha como finalidade “preparar os professores universitários, orientando a atividade mental dos professores para a investigação científica” (Costa 1930, 1).

Assim se seguia o exemplo espanhol, de criação de uma Junta de Pensões; seria a miragem de uma *Junta para a Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas*, criada em 1907, altura que também em Portugal se criara um programa de bolsas à disposição das Universidades, por diploma de João Franco (Decreto de 29 de Maio de 1907).¹¹ Eram 100 contos de reis por ano para apoiar estudos no estrangeiro, intenção louvada por alguns mas que rapidamente desapareceu. Uma oportunidade perdida. Ou seja, pela ausência de corpo e consenso no seio da corporação universitária, alguns homens, como Simões Raposo e Celestino da Costa começaram a fazer propaganda para a criação de um órgão de política científica autónomo à Universidade.

2.3. *Da organização da Ciência à política científica*

Desde o último terço do Oitocentos que se tornou claro que o laboratório era indispensável à evolução das ciências, incluindo a própria medicina. Foram aqui pioneiras as universidades alemãs, desde os primórdios do século XIX, que passaram a encarar o laboratório “como espaço nuclear do ensino moderno,” alargando os currículos académicos, apelando ao trabalho prático e à criação de institutos dentro da própria Universidade (Garnel 2013, 22).

¹¹ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 120, 31 de Maio de 1907. Este decreto consistia na tentativa de João Franco em instituir um programa de concessão de bolsas de ensino, estabelecendo pensões a alunos e professores portugueses no estrangeiro.

Contudo, destas iniciativas pioneiras, e relativamente às reformas republicanas, Celestino da Costa considerava que, em meados dos anos 1940, “grande parte da obra iniciada se inutilizara” (Costa 1944, 25; Costa 1948, 174). Desde logo porque os professores empossados nas recém-criadas faculdades foram “compelidos a consagrar a maior parte dos seus esforços e do seu tempo à dura obrigação de ganhar a vida em misteres que os distraíam da investigação científica” (Costa 1944, 25).

Com efeito, quando a organização universitária resistiu a incorporar a prática científica (aliando-a à atividade docente), não sem pressão e tensão sob a vida universitária, a tendência foi para a promoção de espaços de investigação e diálogo científico fora das próprias universidades – como veio a acontecer em França, com a criação de laboratórios e institutos públicos, ou como em Espanha, outro exemplo, com a criação de agências de política científica, ambas as soluções implementadas à margem das universidades (Paul 1985, 350).¹²

Deste modo, face aos problemas expostos, ao nível do ensino superior e à necessidade de afirmar um lugar para a Ciência a esse nível, emergiu então a exigência de criação de um organismo independente da Universidade, da burocracia e da política, criado paralelamente à própria Universidade, que, por seu lado, devia também tolerar a existência de centros e institutos de investigação, criados na sua órbita mas dependentes de um órgão autónomo de organização e política científica (Costa [1918], 68).

Abriu-se então aqui um debate sobre o modelo de organização da ciência, como se comprova pelas reações negativas da própria Universidade face à existência deste tipo de agência de política científica. Lembremos o próprio Agostinho de Campos, que falara em

[T]olerar o inevitável: que as escolas superiores continuem a ser (como têm sido e as exige o ambiente social) estabelecimentos de preparação para as carreiras utilitárias. E entregar a função investigadora e criadora

¹² Harry Paul explica o que se passou em França, visível na primeira metade do século XX:

Was there a danger that the University would lose its research role, reverting to an exclusively teaching function? Some thought that such a fate might be deserved. Had not the faculties presided over the fall of France as a scientific power from the group of first rank to that of fourth or even fifth on the world scene?” (Paul 1985, 350)

Também Sánchez-Ron nos dá conta do mesmo em Espanha, no contexto da criação e atuação da JAE (Sánchez-Ron 1988, 25).

de ciência a institutos especiais, escrupulosamente dotados de pessoal, largamente dotados de material de trabalho. (Campos 1937, 26)

A esta posição contrapôs-se, com efeito, a posição dos que entendiam que era à Universidade que se deviam conceder esses recursos e a autonomia desejável para conduzir a sua própria organização científica. Como explicou também Rodrigues Lapa, numa intervenção nada amena, em 1933:

Desta confusão tremenda entre a cultura universitária propriamente dita, feita de síntese, e a investigação científica, de carácter preferentemente analítico, se têm originado grande parte dos males, que afligem a nossa decrépita Universidade (...). (Lapa 1933, 32)

Nesta história da política científica em Portugal, como veremos, teve um papel importante Celestino da Costa, que se envolveu também em iniciativas diversas, tendo em vista montar um programa de bolsas para apoiar o desenvolvimento da investigação nas universidades (Rollo *et al.* 2011). Com as dificuldades da Universidade em assumir o seu papel enquanto agente dessa política de investigação científica, logo se sentiram pressões no sentido de criar uma política científica autónoma da corporação universitária.

Recordemos como João Franco, ministro do Reino do rei D. Carlos I, montara, em 1907, um programa de bolsas, no sentido de “quebrar o isolamento” da nação portuguesa e estimular os caminhos do progresso cultural e material. Com a Primeira República será seguida e aprofundada essa ideia. A reforma universitária de 1910 contemplaria, igualmente, um programa de bolsas de estudos para quem quisesse seguir para o estrangeiro. Vários organismos, instituições oficiais ou mesmo repartições da administração pública viriam a desenvolver, por iniciativa própria, programas de bolsas para esse mesmo fim. Essas bolsas serviam, com frequência, para a realização de investigações de doutoramento no estrangeiro ou mesmo para a realização de missões ou visitas de estudo.

No entanto, estas possibilidades existentes configuravam um quadro disperso e desarticulado, agravado pelo facto de os quantitativos das bolsas postas à disposição serem exíguos, bem como o número de bolsas realmente atribuídas. Veja-se, por exemplo, o decreto de publicação do regulamento do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana

(Decreto de 6 de Julho de 1911),¹³ em que se falava na indispensabilidade de organizar, “nos termos legais, as missões científicas para o estudo dos problemas biológicos e nosológicos [¹⁴] que interessem ao país e as de tirocínio ao estrangeiro.” Ou seja, em termos práticos, não havia ainda um programa sistemático de atribuição de subsídios que influísse na constituição de um fluxo persistente de missões, seja qual fosse a sua finalidade científica.

É, portanto, nesta evolução que foi decisiva uma estadia de Celestino da Costa em Madrid (Março de 1917), altura em que o cientista lisboeta se inteira da ação da espanhola *Junta para Ampliación de Estudios*, numa viagem que lhe influenciará determinadamente a sua posição e atuação oficial relativamente ao modelo de organização da ciência e da investigação em geral (Costa [1918], 88 e ss.) A mesma experiência, assinale-se, terá tido Simões Raposo que, como o seu mestre histologista, Celestino da Costa, contribuirá decisivamente para que em 1929 se viesse, enfim, a criar a Junta de Educação Nacional (Raposo 1928). Conta Celestino da Costa a importância que foi esse “relacionamento com os meios da JAE”:

Já nessa época Simões Raposo era entusiasta apóstolo da ideia de se criar em Portugal um organismo com a mesma finalidade do espanhol. Como eu tinha feito campanha nesse sentido, entre os anos 1917 e 1918, em artigos e conferencias, acompanhei sempre com o maior interesse os esforços próprios de Simões Raposo, iniciados em 1920, numa conferência promovida pela Federação Académica de Lisboa, quando aí representava os estudantes da Faculdade. (Costa 1934a, p. 3)

Este conhecimento da experiência espanhola, bem como as crescentes preocupações de organização da investigação e do ensino superior, compreendendo-se aqui as dificuldades sentidas em implementar as reformas de 1911, contribuíram para que, depois de várias iniciativas malogradas (Rollo *et al.* 2011), em 1929, enfim, se criasse a Junta de Educação Nacional. Essa Junta viria a ser o organismo encarregado das diversas questões da organização da cultura e da ciência nacional, sistematizando inclusive, e impulsionando portanto, um programa de atribuição de bolsas – dentro e fora do País –, bem como concedendo subsídios e patrocínios diversos para missões e viagens de estudo (esses beneficiários eram frequentemente designados como *equiparados* a bolseiros, desempenhando funções de representação

¹³ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 156, de 7 de Julho de 1911.

¹⁴ A nosologia é parte da medicina que trata da classificação das doenças.

oficial, individual ou em delegação, ou conduzindo expedições científicas de interesse relevante).

De acentuada matriz republicana, incorporando os intuitos pedagógicos de uma geração, este órgão de política científica, a Junta de Educação Nacional, obedecia a um paradigma de política científica assente na estratégia de difusão e promoção da cultura científica. Tratava-se de facto da primeira agência de política científica que o País teve.¹⁵ Conforme definido na missão da Junta de Educação Nacional (JEN), e uma característica de uma primeira geração de agências de ciência, avançara-se para a sua criação “para favorecer a cultura científica, factor preeminente da riqueza e da força de um país, pela sua importância na formação da mentalidade social e pela sua influência na preparação profissional e na valorização do património comum (...),” que consta no Decreto n.º 16 381, de 16 de Janeiro de 1929, que criava a Junta de Educação Nacional.¹⁶

Logo nesses anos decorreu, porém, um debate quanto à questão do modelo que acabou por consagrar-se com a criação da JEN. No centro estava o problema das responsabilidades sociais e políticas dos homens de Ciência, o papel atribuído à cultura científica e os primórdios da emergência de duas atitudes face à organização da Ciência em Portugal. Uma visão apostada não só na “liberdade da inteligência” como na “vontade pedagógica” e no enraizamento social das *verdades externas* da própria prática científica (António Sérgio *apud* Baptista 2001, 27). Era a “cultura científica,” por oposição a outra visão mais pragmática e apostada em apresentar os resultados de investigação científica, a visão do projeto que para uns terá já prevalecido e enformado o modelo final da JEN, imediatamente criticada como uma “Junta das Sumidades” (Baptista 2001, 31) – uma clivagem entre “homens de cultura” e “homens de ciência,” preexistente à própria emergência dos arautos do desenvolvimento económico (que virá a ser a visão posterior veiculada pelo “engenheirismo” e depois pelos economistas a partir do segundo

¹⁵ A Junta de Educação Nacional era aliás expoente de uma “primeira geração” de política científica, orientada pelo espírito do *laissez-faire*, que deu também corpo a órgãos de política científica, tendo em vista a *promoção* e o *apoio* da investigação científica, mas ainda não proclamando, diretamente, a afetação dos recursos científicos para determinados fins de cariz explicitamente desenvolvimentista, aspeto que já será determinante na “segunda geração” de agências de política científica que emergirão no segundo pós-guerra.

¹⁶ *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 13, 16 de Janeiro de 1929.

pós-guerra) e que viria, em certa medida, a plasmar-se também no debate controverso das “duas culturas” (e.g. Snow 1959).

Celestino da Costa, por seu lado, não tinha uma visão imediatista ou até instrumental da “cultura científica.” São vários os momentos em que isso fica claro, como vimos atrás. Para Celestino da Costa a JEN devia ser independente, nomeadamente dos estabelecimentos oficiais de ensino e de investigação, tendo como única finalidade *favorecer a cultura científica*, entendida como autonomia intelectual ou capacidade de inteligência. Este entendimento da “cultura científica,” antes dos desígnios de projeção da nação e de desenvolvimento económico, era sobretudo enquanto capacitação individual e, social e coletivamente, um caminho para a regeneração cultural do País, por via dos valores e do método da prática científica.

Por fim, a atuação de Celestino da Costa na Junta de Educação Nacional teve diferentes fases. Primeiro enquanto vice-presidente do ramo de ciências (1929-1934) e depois enquanto presidente da JEN (1934-1936) e do seu sucessor, o IAC (1936-1942). Nesse primeiro momento foi responsável por uma iniciativa de política científica inédita até então, de visitar os laboratórios científicos das universidades do País, afim de adquirir elementos para um relatório sobre o estado da investigação científica em Portugal, que servissem de base ao procedimento da nova Junta.

Fruto dessa visita, Celestino da Costa deixará onze considerações gerais sobre a investigação científica em Portugal – ou como diríamos hoje, sobre o “sistema científico” português. Redigidas em 6 de Março de 1930, alinhavam-se da seguinte forma:

- 1.^a – *O ensino, em qualquer dos seus graus, não está organizado de modo a desenvolver e a cultivar a curiosidade natural de aprender. Os métodos de ensino das ciências são essencialmente livrescos e as demonstrações, que já vão acompanhando as lições, apresentam-se geralmente como confirmação do que se aprende nas aulas teóricas. (...)*
- 2.^a – *O ensino superior tem em todo o mundo civilizado como característica principal a investigação científica. (...)*
- 3.^a – *O afastamento de Portugal do trabalho científico vem de longa data; por isso não existe entre nós a tradição científica*
- 4.^a – *Do ponto de vista científico, como de outros pontos de vista, Portugal vive isolado dos povos mais cultos. (...)*
- 5.^a – *A Nação e os seus governos não têm compreendido a necessidade da produção científica. (...)*

6.^a – *A condição de investigador não é favorecida entre nós. (...)*

7.^a – *Os investigadores portugueses só raras vezes dispõem das instalações convenientes e trabalham com instrumental adequado e suficiente (...)*

8.^a – *A publicação de trabalhos científicos tem sido, e continua a ser, em muitos casos, de dificuldade grande (...)*

9.^a – *As [nossas] sociedades científicas são (...) de vida precária (...)*

10.^a – *Verificada a insuficiência dos vencimentos actuais dos investigadores (...), encontrar-se-ia solução se se remunerasse à parte o trabalho de investigação (...)*

11.^a – *[Conclui-se assim pela] mingua de investigação científica dos laboratórios e centros de estudos portugueses (...). (Costa 1930, 30-38)*

Fica bem evidente a lucidez do cientista lisboeta, que viu o muito que haveria a fazer para contrariar o atraso científico e as condições de indigência da infraestrutura científica do País. É evidente que as palavras de Celestino da Costa, embora comparavelmente mais moderadas que outros interlocutores (Lapa 1933; Quintanilha 1933),¹⁷ não foram bem recebidas por todos.¹⁸

¹⁷ “A conferência do Prof. Dr. Aurélio Quintanilha no salão d’O Século” in *O Século*, n.º 18 331, 26 de Março de 1933, 2.

¹⁸ Um dos episódios de controvérsia aberta veio mesmo a acontecer no seio da Junta de Educação Nacional. A polémica nasce de um despacho do Ministro da tutela Manuel Rodrigues Júnior (interino), que vinha excluir alguns dos bolseiros no País do conjunto de bolsas a renovar, mas que pouco depois deixaria a pasta da Instrução, transferindo o problema para Eusébio Tamagnini Barbosa. O primeiro despacho, com data de 24 de Setembro, exarado pelo Ministro da Instrução interino Manuel Rodrigues Júnior, “mandava excluir os nomes de diversos bolseiros, com o fundamento de que eles vinham usufruindo as respectivas bolsas há muito tempo” (Rollo *et al.* 2012, 105). Alegava-se, neste primeiro momento, uma doutrina diferente daquela que a Junta tinha prevista para a atribuição de bolsas no País, insistindo-se sobretudo na ideia de um certo *roulement*. A polémica não deixa de ser tanto mais estranha quanto o critério de atribuição das bolsas no País – bem como o subsídio a centros ou mesmo a criação de novos centros – se subordinava à intenção de apoiar aqueles bolseiros retornados do estrangeiro que, pela importância dos seus estudos e pela necessidade de fazerem escola, precisavam prosseguir estudos de uma forma permanente e contínua. Por outro, a notícia de que Augusto Celestino da Costa se havia encontrado com o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, no Caramulo, em entrevista para “marcar linhas de conduta” relativamente à Junta, levar-nos-ia a supor que o resultado seria uma maior sintonia entre o Governo e a Comissão Executiva da JEN. Não viria a acontecer e, a prazo, Celestino viria a ser afastado, primeiro do IAC e depois da própria universidade. Arquivo do

Mais de uma vez aliás, no contexto da Junta de Educação Nacional e do Instituto para a Alta Cultura, Celestino da Costa apontou o dedo ao Estado, ao dar conta das tentativas que promovera sucessivamente nestas duas instituições para a política científica:

Pois mesmo assim o Estado não mostrou nenhuma compreensão da necessidade de uma profunda reforma na remuneração daqueles a quem se pedia que trabalhassem para a ciência e nunca se conseguiu passar da concessão de subsídios mais ou menos modestos, embora úteis, mas que não resolviam o essencial. Contudo, já se tem visto as administrações, quando elevam certos vencimentos, pretenderem considerar essas melhorias como se se tratasse de um verdadeiro regime de full-time, tão fácil é em Portugal iludirmo-nos a nós próprios com palavras e ficções. (Costa 1944, 21)

Para Celestino da Costa, era sobretudo preciso que o Estado – “sem o qual não se podia fazer nada,” entendia – deixasse de “ver as coisas da ciência com espírito estreitamente burocrático” (Costa 1944, 25). O caminho passava por conceder maior autonomia às instituições, que já não tinham “necessidade de muito mais leis e regulamentos,” que em boa verdade já possuíam os instrumentos necessários para executar obra duradoira, desde que fossem chamados os homens capazes, de verdadeira vocação, dedicados ao País, “pela repercussão da sua obra na prosperidade e prestígio da Nação” (Costa 1944, 26).

Para Celestino da Costa, a diferença entre o sucesso de determinadas políticas para a ciência não passava por um contraponto entre a riqueza nos países estrangeiros e a pobreza de recursos em Portugal: “Estava e está dentro das possibilidades do Estado Português remunerar em regime full-time aquela escassa mão-cheia de homens que entre nós se consagram à ciência” (Costa 1944, 22).

Com efeito, não era a magnificência das instalações, a grandeza dos edifícios que constituíam fatores essenciais. Celestino da Costa professava o lema “men not buildings.” Para Celestino da Costa, era central sobretudo a questão da organização, uma organização e infraestrutura que desse condições práticas, flexíveis e adaptadas ao labor científico (Costa 1944, 22).

Instituto Camões, *Livro de actas da Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional de 1929 a 1935*, Acta da 71.^a sessão da Comissão Executiva da JEN de 3 de Setembro de 1934.

CONCLUSÕES

Augusto P. Celestino da Costa é uma personalidade que está sem dúvida entre aquela categoria dos “homens de Ciência,” como usou Charles Richet (1937), apelando à retórica dos “grandes homens de ciência,” como também os viu Xavier Morato, “cujo entusiasmo, amor à Ciência e à Pátria era a garantia do futuro, figurando entre eles Celestino da Costa” (Morato 1937, 10). Na esteira de Cajal, a figura do demiurgo da ciência perdurará no tempo, embora a tendência será para introduzir outros figurinos e influências no seio das comunidades científicas. Este ideal-tipo será a prazo substituído por outro, no segundo pós-guerra, mais consonante com as visões políticas da tecnociência contemporânea. Os engenheiros da *Big Science* ou os economistas gurus dos chamados “sistemas nacionais de inovação.”

Recapitulando, este sentido de intervenção pública e cívica, quase romântico e tendencialmente idealista, presente nesta “geração médica,” cujo fim seria “integrar Portugal na civilização moderna” (Costa 1948, 157),¹⁹ encontramos-a então plasmado no pensamento e atuação de Celestino da Costa. Uma atuação relevante do ponto de vista da história das políticas científicas.

O que parece então marcar esta primeira geração de “administradores e gestores” de ciência é então um sentido de missão algo diferente daquela que moldará as gerações seguintes: i) uma espécie de idealismo romântico, donde decorre ii) defesa de uma certa neutralidade do “homem de ciência” e, por consequência, iii) um insistente distanciamento relativamente à política, não obstante iv) uma crítica moderada relativamente ao alheamento do Estado e, acima de tudo, v) uma visão esclarecida, simultaneamente crítica e construtiva sobre a organização da Ciência e os mecanismos de promoção da investigação científica e consequentes políticas de ciência, apelando inclusive à cultura histórica.

Ao longo da sua longa carreira foram muitas as instituições que serviu. E, nas instituições que serviu, a sua personalidade marcou pelo seu espírito reformador. Desse reformismo e desse seu papel na administração da ciência em Portugal, encontramos um estilo,

¹⁹ A sua atuação limitou-se a promover conferências e sessões de estudo. Segundo Celestino da Costa, no seio da Liga de Educação Nacional relançou-se mesmo a ideia de uma Universidade em Lisboa (Costa 1948). Como disse Celestino da Costa, se não alcançou resultados práticos, “lançou certas ideias” (Costa 1951, 197).

claramente distinto de outro que se afirmará no segundo pós-guerra: essa inclinação para um estilo casuístico de administrar os assuntos públicos da organização da ciência, longe ainda da lógica do “sistema” que influenciará progressivamente todas as narrativas associadas à legitimação das políticas científicas.

Celestino da Costa, de facto, prezava um estilo que se recusava “a erigir sistemas, a promulgar regulamentos definitivos, mantendo-se num terreno experimental, em que o progresso é contínuo, mas lento por vezes, por isso mais seguro” (Costa 1951, 198). Estamos a falar de um ideal de “gestão,” próprio e evidente de um aparato de organização da Ciência, claramente “nas mãos de sábios experimentados que já tinham estabelecido uma sólida tradição” e, igualmente, “com um mínimo de burocracia e um máximo de eficiência prática” (Costa 1951, 199), ou, pelo menos, esse é o discurso projetado.

De qualquer forma, o pressuposto de atuação de Celestino da Costa era outro: a sua organização da ciência tinha em mente, sobretudo, despertar e suportar “vocações científicas”; a principal finalidade da política científica de Celestino da Costa era a formação avançada dos recursos humanos, e não propriamente o “fomento,” como na altura se entendia, isto é, o desenvolvimento económico, ou o emparelhamento da descoberta científica com a produção, engrenando as práticas científicas de laboratório, ou de pura inteligência, com a retórica da inovação e do valor agregado da tecnociência para produtos com valor de mercado.

Por aqui se compreende o frequente apelo de Celestino da Costa para se “proteger os investigadores, melhorando-lhes as condições de vida e fornecendo-lhes os meios materiais de que precisam para os seus estudos” (Costa 1939, 9), denunciando o “problema da remuneração do investigador” como sendo “um dos mais graves, senão o mais grave” da problemática da organização da ciência – propondo, em concreto, a implementação de um sistema de remuneração diferencial e mesmo de um estatuto do investigador paralelo à carreira docente (i.e. o *full-time system*) (Costa 1951, 204; Rollo *et al.* 2012).²⁰

²⁰ Uma das ideias originais de Celestino da Costa para a organização da ciência portuguesa foi a de definição e adoção de um estatuto do investigador, a acompanhar por um regime de *full-time system*, uma das medidas em que mais persistentemente insistiu. Esse regime *full-time system* era considerado como significando a remuneração dos funcionários “de modo a poderem consagrar todo o seu tempo à investigação e

Por fim, apesar de apelar à neutralidade do homem de ciência, ao seu distanciamento relativamente à militância política, Celestino da Costa, em alguns momentos, não deixou de fazer uma crítica moderada aos políticos e ao Estado. Por exemplo, Celestino da Costa desabafava, em 1935, num momento de homenagem a Marck Athias e em passagem que se referia aos três anos que o seu mestre estivera à frente da JEN:

O momento actual é pouco propício à carreira científica; não lhe são favoráveis nem as condições nacionais, nem as internacionais. A ciência não disfruta em certos países do prestígio necessário para se impor; dir-se-ia que a consideram como cousa de luxo, perfeitamente dispensável. Os que entre nós já estão em fase adiantada da carreira prosseguem com maior ou menor dificuldade na senda iniciada, mas não ousam chamar os novos para o seu lado, receosos de lhes criarem condições de vida miseráveis. Têm falhado várias tentativas de estimular a vocação científica e a Junta de Educação Nacional não tem podido exercer satisfatoriamente sua missão de promover a investigação científica. (Costa 1935, 9)

E mais admitia:

A actividade científica exerce-se hoje com maiores dificuldades do que nos primeiros anos em que Athias ensinava na Faculdade. Desfizeram-se ilusões, apagaram-se esperanças. (Costa 1935, 10)

Para Celestino da Costa, as dificuldades crescentes que o próprio Athias ainda experimentou em vida, levaram a que o madeirense, seu mestre, na altura da Junta de Educação Nacional, já não se quisesse “ocupar a fundo” desse organismo de que ainda viria a ser presidente (1931-1934), durante alguns anos, já totalmente “céptico das suas possibilidades” (Costa 1946, 262). Não por acaso Celestino da Costa, comparando-se com a obra de Cajal no capítulo da organização da Ciência, atribuía “honra à Espanha, que soubera compreender a grandeza de um dos mais eminentes dos seus filhos” (Costa 1954, 26).²¹

ensino, ou outra função técnica relacionada com a investigação” (Costa 1944, 20). Lamentava não se ter conseguido fazer essa reforma, atribuindo as responsabilidades desse fracasso à postura do Estado. Nem mesmo contando com investigadores excepcionais, referia, “o Estado não fora capaz de realizar,” lamentava, esse “full-time system” que via como indispensável para um investigador se poder consagrar inteiramente ao seu trabalho, sem preocupações materiais (Costa 1946, 259).

²¹ Em boa verdade, também em Espanha não se escapara aos ventos da história, sendo a muito louvada JAE extinta, vítima de um processo político dramático, na sequência das

Com efeito, foram alguns os trechos e episódios em que o muito moderado Celestino da Costa não deixara de fazer um comentário ou deixar uma observação mais crítica e, talvez por isso, em 1947, tenha sido temporariamente afastado do ensino, em sequência da vaga de depurações acadêmicas levadas a cabo pelo Estado Novo.²² A partir dessa altura dedicou quase toda a sua atenção à atividade científica, mantendo-se afastado de funções públicas de maior relevo, e vivendo os últimos anos da sua carreira percorrendo vários países em conferências e reuniões científicas, nos principais centros europeus e sobretudo na América Latina (cf. Brandão 2018a).

perseguições e fatalidades da Guerra Civil espanhola (1936-1939). O CSIC, criado em Novembro de 1939, seria já uma outra instituição, com outras lideranças científicas, tendencialmente alinhadas com a falange franquista.

²² *Diário do Governo*, II.ª Série, n.º 138, 18 de Junho de 1947.